

EMPREITADAS

15. “CPE.17.21. DMOSM - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO DAS GOLADAS”.

Da **DMOSM** propondo a **aprovação**, pela Câmara Municipal, da proposta de **indenização no valor de 8.580,80€+IVA** com vista à reposição do equilíbrio financeiro, de acordo com os documentos anexos, nos termos do previsto no artigo 354º do CCP.

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL:

Informação: <i>Conrado</i> O Diretor do DOM, <i>02/12/2022</i>	Informação: <i>Conrado</i> A Diretora da DMOSM, <i>2022/12/02</i>	Despacho: <i>execução é lembra do executivo.</i> <i>R</i> O Presidente, <i>Ricardo</i> (Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio) <i>06/12/22</i>
--	---	--

Órgão competente: **Câmara Municipal de Braga**

Empreitada: "CPE.17.21.DMOSM – REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO DAS GOLADAS"

Assunto: **Aprovação da indemnização com vista à reposição do equilíbrio financeiro – artigo 354º do CCP**

Propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, da proposta de indemnização por manutenção do estaleiro da obra, relativos a 155 dias, prazo este referente a 125 dias de suspensão da obra devido à interposta providência cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, acrescidos de 30 dias necessários à organização e mobilização de meios humanos e materiais, nos termos do previsto no artigo 298º do CCP.

O valor da indemnização é **de 8.580,80€ + IVA** conforme informação técnica do gestor do contrato, e visa a reposição do equilíbrio financeiro da empreitada, conforme previsto no artigo 354º do CCP.

29 de Novembro de 2022

Divisão de Fiscalização de Empreitadas,

Processo Obra: 2019/300.10.001/392

Registo de entrada: E/61523/2022 de 03/11/2022

Requerente: Edivalor – Construção e Obras Públicas, S.A. (508369720)

Assunto: Contrato de Empreitada N.º CPE.17.21. DMOSM - Requalificação e Ampliação do Pavilhão das Goladas | Reposição do equilíbrio financeiro por agravamento dos custos na realização da obra decorrente a suspensão da obra.

PEDIDO APRESENTADO:

A Entidade Executante da Empreitada de Requalificação e Ampliação do Pavilhão das Goladas, apresentou um pedido de reposição de equilíbrio financeiro por agravamento dos custos na realização da Obra, decorrente da suspensão da Obra, no seguimento da Sentença à Providência Cautelar de Suspensão de Eficácia de Ato, interposta em Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (TAFB) proferida em 21-07-2022, em que o Dono da Obra procedeu à sua suspensão em 23-03-2022, conforme documento enviado pela Empresa em anexo.

artigo 1.1

55,35€ por dia de suspensão, totalizando um montante de 8.580,21€, para os 155 dias de suspensão.

ANÁLISE:

Analisada a pretensão da empresa: Edivalor – Construção e Obras Públicas, S.A., cumpre-me informar o seguinte:

A reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tratado de forma ampla e abrangente no artigo 282.º do *Código dos Contratos Públicos*, mas de forma particular para as empreitadas de obras públicas no artigo 354.º, é um instituto destinado a assegurar ao cocontratante particular o respeito da **equação económico-financeira** subjacente à base contratual, sempre que a mesma tenha sido desequilibrada.

Neste caso concreto, e por força da suspensão da obra motivada pela Providência Cautelar de Suspensão de Eficácia de Ato, interposta em Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (TAFB), os pressupostos inicialmente outorgados foram alterados pondo em causa a equação económico-financeira subjacente.

Na sequência desta Providência Cautelar de Suspensão de Eficácia de Ato, o Dono da Obra procedeu à suspensão da Obra em 23/03/2022, tendo a mesma sido formalizada em Auto de Suspensão da Obra (Artigo 297º e 365º do *Código dos Contratos Públicos*, na sua actual redacção).

Em 21/07/2022, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (TAFB) proferiu a sentença, tendo considerado a Providência Cautelar improcedente, o que determinou em 25/07/2022 o levantamento da suspensão pelo Dono da Obra.

O recomeço da execução dos trabalhos ocorreu 30 dias depois, a 25/08/2022, prazo este necessário à organização e mobilização de meios humanos e materiais, nos termos do previsto no artigo 298.º do CCP.

O pedido de indemnização agora apresentado refere-se às despesas relacionadas com a manutenção do estaleiro durante o prazo de 155 dias e a todos os trabalhos incluídos no artigo 1.1, referentes a manutenção de Estaleiro, da lista de preços unitários, direito conferindo pelo artigo 354.º do CCP.

O artigo 1.1 tem um preço unitário de 59.784,69€, valor previsto para 540 dias (18 meses) de prazo, tendo sido faturado um valor inicial de 30% (17.935,41€) referente a montagem de Estaleiro (auto de medição n.º 01), estabelecido um valor de 50% (29.892,35€) referente a manutenção de Estaleiro para 18 meses, com valor mensal de 1.660,69€, e 20% (11.956,94€) para desmontagem de Estaleiro.

artigo 1.1

$$(59.784,69€ \times 50\%) / 540 \text{ dias} = 55,36€/dia \rightarrow 155 \text{ dias} \times 55,36€/dia = 8.580,80€$$

Face ao atrás exposto, o valor da indemnização solicitada deverá ter o valor de 8.580,80€ apresentado pelo cocontratante, salvaguardando-se assim o prescrito no n.º 6 do artigo 282º do CCP *"A reposição do equilíbrio financeiro não pode colocar qualquer das partes em situação mais favorável que a que resultava do equilíbrio financeiro inicialmente estabelecido, não podendo cobrir eventuais perdas que já decorriam desse equilíbrio ou eram inerentes ao risco próprio do contrato"*.

PROPOSTA

Nestes termos propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, **do valor de 8.580,80€**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, como indemnização devida à suspensão da Obra, com vista à reposição do equilíbrio financeiro, para o que deverá ser previamente registado o cabimento / compromisso.

Braga, 16 de Novembro de 2022
Divisão de Fiscalização de Empreitadas
O Gestor do Contrato,



AO MUNICÍPIO DE BRAGA

A/C GESTOR DO CONTRATO

Praça Municipal
4700-435 Braga

Vossa Ref.ª

Vossa Data:

Nossa Ref.ª
[CMB.22.01]

Nossa Data:
24/10/2022

Assunto: Contrato de Empreitada N.º CPE.17.21. DMOSM - Requalificação e Ampliação do Pavilhão das Goladas | Reposição do equilíbrio financeiro por agravamento dos custos na realização da obra decorrente a suspensão da obra

Exmo. Senhores,

1. Em 5 de Novembro de 2021 foi outorgado com a “Edivalor, Construção Civil e Obras Públicas, SA”, o Contrato de Empreitada denominado “Empreitada N.º CPE.17.21. DMOSM - Requalificação e Ampliação do Pavilhão das Goladas”, no valor de 1.673.766,59€, com prazo de execução de 18 meses, a contar da data da consignação, formalizada em Auto de Consignação de 17-03-2022.
2. No seguimento da Providência Cautelar interposta em Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (TAFB), o dono da obra procedeu à suspensão da obra em 23-03-2022.
3. Na sequência da Sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga (TAFB) proferida em 21-07-2022, tendo o dono da obra informado do levantamento da suspensão da obra com data de 25-07-2022, acrescidos do prazo de 30 dias necessário à organização de meios e execução de trabalhos preparatórios ou acessórios com vista ao recomeço da execução em 25-08-2022, nos termos do art.º 298.º, n.º2.
4. Assim sendo o período de suspensão da obra registou-se durante um período de 155 dias.
5. À data da suspensão da obra, os meios necessários a implantação e manutenção do estaleiro já se encontravam parcialmente mobilizados, nomeadamente a vedação do estaleiro estava montada e a o corpo técnico necessário à execução da empreitada, nomeadamente, o

diretor técnico da empreitada, o encarregado geral da obra e a técnica de segurança, encontravam-se no exercício das suas funções em obra.

6. De fato, a repentina suspensão da obra, veio originar repercussões na execução da obra, com agravamento dos encargos respetivos. Ora vejamos.

7. Conforme já referido, o estaleiro encontrava-se montada tendo a suspensão da obra implicado um sobrecusto para a EDIVALOR, SA decorrente da sua maior permanência em obra.

8. Também em relação aos custos financeiros a suspensão da obra implicou um sobrecusto relacionado com a garantia bancária prestada para efeitos de caução (para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais), caução essa que está sujeita ao pagamento de juros de forma proporcional ao seu tempo de vigência, ou seja, por mais 155 dias (correspondente ao período de suspensão) do que inicialmente previsto.

9. Como acima exposto, o corpo técnico necessário à execução da empreitada, nomeadamente, o diretor técnico da empreitada, o encarregado geral da obra e a técnica de segurança já estavam afetos à obra em questão, sendo, como é evidente, os encargos salariais desses mesmos trabalhadores financiados pela a execução de empreitada. Não se verificando a execução de empreitada, tal facto implicou necessariamente o não financiamento dos encargos laborais (salários, descontos para a segurança social, viaturas, etc.) desses trabalhadores. Dado que a EDIVALOR não deixou de cumprir os seus compromissos salariais para com os seus colaboradores e uma vez que tendo sido impraticável realocar de forma imediata e total os referidos técnicos a outras atividades ou empreitadas, que pudessem financiar os seus encargos, a suspensão da obra veio originar inevitavelmente um sobrecusto para a EDIVALOR, SA.

10. Nos termos do números 1 e 3 do artigo 354.º do CCP, vem a EDIVALOR, SA reclamar o direito à reposição do equilíbrio financeiro por agravamento dos custos na realização da obra originado pela suspensão da obra, conforme acima exposto e transmitido em reunião de obra, correspondendo a um valor de **55,35€ por dia de suspensão**, totalizando um montante de **8.580,21€ para os 155 dias de suspensão**.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.